



CÂMARA MUNICIPAL DE MOURA

ATA N.º 12

-----Aos vinte dias do mês de maio do ano de dois mil e quinze, na Sala de Sessões do Edifício dos Paços do Concelho, pelas dezassete horas reuniu ordinariamente a Câmara Municipal de Moura, tendo estado presentes: -----

----- **Presidente:**----- **Santiago Augusto Ferreira Macias** -----

-----**Vereadores:** ----- **José Gonçalo Garradas Valente** -----

----- **António José dos Santos Gomes** -----

----- **Maria do Céu Rato Santa Maria Gonçalves** -----

----- **Maria de Fátima Branco Roberto Ourives** --

----- **Joaquim António Senrada Simões**-----

-----Estiveram ausentes os vereadores Francisco Manuel Canudo Sena e José Francisco Calado Banha.-----

-----SUBSTITUIÇÕES-----

-----De acordo com os artigos 78º e 79º da Lei n.º 169/99 de 18 de Setembro, alterada pela Lei n.º 5-A/2002 de 11 de janeiro foi convocado para substituir o vereador Francisco Manuel Canudo Sena, o vereador José Francisco Calado Banha.

-----JUSTIFICAÇÃO DE FALTAS-----

-----De acordo com a alínea c) do n.º 1 do artigo 39º da Lei n.º 75/2013 de 12 de Setembro, foram justificadas as faltas dos vereadores Francisco Manuel Canudo Sena e José Francisco Calado Banha à presente reunião. (doc.01 e 02/12)-----

-----A reunião foi secretariada pela Dr.ª Maria de Lurdes Soares, coadjuvada pela funcionária Teresa Dulce Mendes Batista Caçador.-----



CÂMARA MUNICIPAL DE MOURA

-----ABERTURA OFICIAL DA REUNIÃO -----

-----Após verificação da existência de quórum foi pelo Presidente declarada aberta a reunião, com os pontos constantes da seguinte Ordem de Trabalhos: -----

-----Aprovação da Ata da reunião ordinária da Câmara Municipal de Moura realizada em seis de maio de dois mil e quinze -----

-----CORRESPONDÊNCIA RECEBIDA -----

-----EDP - Protocolo ANMP das Rendas CEP de 2014 (EDP Produção/Hidroelétrica do Guadiana) -----

-----Ministério da Saúde - ARSA Alentejo - Centro de Saúde de Moura - Problema grave devido a falha de energia -----

-----Câmara Municipal de Castelo de Paiva - Agradecendo o envio das missivas para a ANMP e ERSE sobre a faturação da iluminação e Proveito da Concessão da Atividade de Distribuição de Energia Elétrica em Baixa Tensão, na área dos Municípios -----

-----Grupo Parlamentar do PCP - Continuidade pedagógica em turma de 1º Ciclo do Ensino Básico em Moura -----

-----Grupo Parlamentar do PCP - Instalações da GNR no distrito de Beja -----

-----Grupo Parlamentar do PCP - Reorganização judicial no distrito de Beja põe a nu grave problema da justiça -----

-----Câmara Municipal da Ribeira Grande de Santiago – Agradecimentos -----

-----PRESIDÊNCIA-----

-----Proposta de protocolo entre o Centro para a Qualificação e o Ensino Profissional do Baixo Alentejo, do Agrupamento de Escolas de Mértola (CQEPBA) e a Câmara Municipal de Moura -----

-----Proposta de Responsabilidade Civil Extracontratual - Danos em Viatura Estacionada -----



CÂMARA MUNICIPAL DE MOURA

-----Pedido de Isenção de Imposto Municipal sobre Transmissões Onerosas de Imóveis (IMT) Req: Pinta Barris, Agroturismo-----

-----Sistema Tarifário da Água -----

-----Atribuição de apoio financeiro à Fábrica da Igreja Paroquial da Freguesia da Estrela- -----

-----DIVISÃO DE APOIO AO DESENVOLVIMENTO, GESTÃO FINANCEIRA E RECURSOS HUMANOS -----

-----Concurso Público para o fornecimento de 160 mil litros de gasóleo rodoviário a granel em fornecimentos contínuos -----

-----DIVISÃO DE PLANEAMENTO E ADMINISTRAÇÃO URBANÍSTICA -----

-----Ratificação de despacho referente à intenção de venda de prédio urbano - Rua da Esperança nº 1 em Moura Req: Casa Pronta -----

-----Aprovação de Orçamento do prédio sito na Rua de Barrancos nº 4 em Santo Aleixo da Restauração Req: Maria Helena Lourenço Fialho-----

----- PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA-----

-----Neste período não se registaram intervenções. -----

-----PERÍODO DA ORDEM DO DIA -----

-----RESUMO DIÁRIO-----

-----DOC. 03/12

-----Foi presente resumo diário n.º 91, da Tesouraria, referente ao dia 19/05/2015, que regista um saldo de 1.433.680,72€, em Operações Orçamentais. -----

-----TOMADO CONHECIMENTO -----

-----APROVAÇÃO DA ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE MOURA REALIZADA EM SEIS DE MAIO DE DOIS MIL E QUINZE-----



CÂMARA MUNICIPAL DE MOURA

-----Colocada à discussão e análise a ata n.º 10 referente à reunião ordinária de 6 de maio de 2015, foi a mesma colocada à votação e **aprovada com seis votos a favor.**-----

-----CORRESPONDÊNCIA RECEBIDA-----

-----EDP - PROTOCOLO ANMP DAS RENDAS CEP DE 2014 (EDP PRODUÇÃO/HIDROELÉTRICA DO GUADIANA)-----

----- DOC.04/12

-----Foi presente ofício da EDP a dar conhecimento sobre o pagamento da verba a que se refere o Protocolo assinado entre a EDP e a ANMP.-----

-----TOMADO CONHECIMENTO-----

-----MINISTÉRIO DA SAÚDE - ARSALENTEJO - CENTRO DE SAÚDE DE MOURA - PROBLEMA GRAVE DEVIDO A FALHA DE ENERGIA-----

----- DOC.05/12

-----Foi presente ofício da ARSALENTEJO a informar sobre a falha de energia ocorrida no Centro de Saúde de Moura no passado 28 de março em que se verificou um problema grave devido à mesma.-----

-----TOMADO CONHECIMENTO-----

-----CÂMARA MUNICIPAL DE CASTELO DE PAIVA - AGRADECENDO O ENVIO DAS MISSIVAS PARA A ANMP E ERSE SOBRE A FATURAÇÃO DA ILUMINAÇÃO E PROVEITO DA CONCESSÃO DA ATIVIDADE DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA EM BAIXA TENSÃO, NA ÁREA DOS MUNICÍPIOS-----

----- DOC.06/12

-----Foi presente email da Câmara Municipal de Castelo de Paiva a agradecer o envio das missivas para a ANMP e ERSE sobre a faturação da iluminação e proveito da concessão da atividade de distribuição de energia elétrica em baixa tensão, na área dos municípios.-----

-----TOMADO CONHECIMENTO-----



CÂMARA MUNICIPAL DE MOURA

-----GRUPO PARLAMENTAR DO PCP - CONTINUIDADE PEDAGÓGICA EM TURMA DE 1º CICLO DO ENSINO BÁSICO EM MOURA -----

----- DOC.07/12

-----Foi presente e-mail enviado pelo Presidente do Grupo Parlamentar do PCP, Pedro Ramos, a dar conhecimento da pergunta feita pelo deputado João Ramos ao Governo sobre a continuidade pedagógica em turma de 1º Ciclo do Ensino Básico em Moura.-----

-----TOMADO CONHECIMENTO -----

-----GRUPO PARLAMENTAR DO PCP - INSTALAÇÕES DA GNR NO DISTRITO DE BEJA -----

----- DOC.08/12

-----Foi presente e-mail enviado pelo Presidente do Grupo Parlamentar do PCP, Pedro Ramos, a dar conhecimento da pergunta feita ao Governo sobre as instalações da GNR no distrito de Beja. -----

-----TOMADO CONHECIMENTO -----

-----GRUPO PARLAMENTAR DO PCP - REORGANIZAÇÃO JUDICIAL NO DISTRITO DE BEJA QUE PÕE A NU O GRAVE PROBLEMA DA JUSTIÇA -----

----- DOC.09/12

-----Foi presente e-mail enviado pelo Presidente do Grupo Parlamentar do PCP, Pedro Ramos, a dar conhecimento da pergunta feita pelo deputado João Ramos ao Governo sobre a Reorganização Judicial no distrito de Beja que põe a nu o grave problema da justiça. -----

-----TOMADO CONHECIMENTO -----

-----CÂMARA MUNICIPAL DA RIBEIRA GRANDE DE SANTIAGO - AGRADECIMENTOS -----

----- DOC.10/12

-----Foi presente ofício remetido pelo Presidente da Câmara Municipal da Ribeira Grande de Santiago dirigido ao Presidente da Câmara Municipal de Moura a



CÂMARA MUNICIPAL DE MOURA

agradecer a forma como havia sido recebido e tratado durante a sua visita a este município. -----

-----**TOMADO CONHECIMENTO**-----

-----**PRESIDÊNCIA**-----

-----**PROPOSTA DE PROTOCOLO ENTRE O CENTRO PARA A QUALIFICAÇÃO E O ENSINO PROFISSIONAL DO BAIXO ALENTEJO, DO AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DE MÉRTOLA (CQEPBA) E A CÂMARA MUNICIPAL DE MOURA**-----

-----**DOC.11/12**-----

-----De forma a promover e potenciar a construção de percursos individuais de qualificação escolar, da população do concelho de Moura, através do desenvolvimento de processos de reconhecimento, validação e certificação de competências escolares de jovens e adultos que não tenham completado o 4º, 6º, 9º ou 12º ano de escolaridade, foi presente proposta de celebração de um protocolo entre o Centro para a Qualificação e o Ensino Profissional do Baixo Alentejo, do Agrupamento de Escolas de Mértola e a Câmara Municipal de Moura. -----

-----**DELIBERADO, POR UNANIMIDADE, APROVAR A CELEBRAÇÃO DE UM PROTOCOLO ENTRE O CENTRO PARA A QUALIFICAÇÃO E O ENSINO PROFISSIONAL DO BAIXO ALENTEJO, DO AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DE MÉRTOLA E A CÂMARA MUNICIPAL DE MOURA.**-----

-----**PROPOSTA DE RESPONSABILIDADE CIVIL EXTRA CONTRATUAL - DANOS EM VIATURA ESTACIONADA**-----

-----**DOC.12/12**-----

-----Na sequência da exposição apresentada por Alexandre Augusto Abade Baleizão tendo em conta o teor do parecer jurídico sobre o assunto e considerando-se suficientes as provas apresentadas, foi presente proposta para que a Câmara Municipal deliberasse ressarcir o requerente dos danos verificados na sua viatura, -----



CÂMARA MUNICIPAL DE MOURA

devido ao rebentamento de uma conduta de água, valor calculado em setecentos e setenta e um euros e setenta e um cêntimos. -----

-----DELIBERADO, POR UNANIMIDADE, APROVAR A PROPOSTA DE QUE A CÂMARA MUNICIPAL DELIBERE RESSARCIR O REQUERENTE DOS DANOS VERIFICADOS NA SUA VIATURA DEVIDO AO REBENTAMENTO DE UMA CONDUTA DE ÁGUA, VALOR CALCULADO EM SETECENTOS E SETENTA E UM EUROS E DEZASSETTE CÊNTIMOS. -----

-----PEDIDO DE ISENÇÃO DE IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE TRANSMISSÕES ONEROSAS DE IMÓVEIS (IMT) REQ: PINTA BARRIS, AGROTURISMO -----

----- DOC.13/12

-----Foi presente parecer jurídico relativamente ao pedido de isenção de IMT formulado por "Pinta Barris - Agroturismo", sobre o prédio rústico e urbanos inscritos na matriz sob os artigos nºs 133º,134º,137º,138º,254º,272º,274º,276º,278º,280º da Secção H e do artigo matricial urbano nº 3162º, nos termos do n.º 3 e 4 do artigo 10º do Código do Imposto Municipal sobre Transmissões Onerosas de Imóveis (CIMT). --

-----Relativamente ao documento em apreço, o Presidente propôs a emissão de parecer desfavorável sobre o referido pedido. -----

-----Neste âmbito pediu a palavra o vereador António Gomes começando por recordar, relativamente a esta matéria, que já em 2014 teria sido apresentado na Câmara um pedido de isenção de IMT por parte de uma pequena empresária de Sobral da Adiça, que também pretendia dar início à sua actividade, tendo adquirido um olival sobre o qual solicitou isenção. Essa pretensão foi analisada na altura, e da parte da Câmara verificando-se a inexistência de abertura para a atribuição da referida isenção, a fim de não criar um precedente. Referiu que a opinião dos vereadores do Partido Socialista seria diferente da opinião da Câmara, parecendo-lhes que o pedido estaria assente em pressupostos legais, existindo também do seu ponto de vista interesse, uma vez que na agricultura reside uma área de intervenção económica de muita importância no concelho, situação essa salientada



CÂMARA MUNICIPAL DE MOURA

diversas vezes pelo Presidente da Câmara. Assim sendo o Partido Socialista entendia que, tratando-se de um início de actividade desta natureza tal justificava o apoio da autarquia, que, neste contexto se verificaria através da concessão da isenção do pagamento do IMT. Continuou aludindo que o documento em apreciação apresentava semelhanças, ao anteriormente pedido de isenção de IMT, face a uma actividade de agro-turismo, com uma componente agrícola designadamente neste caso, uma componente de agricultura biológica e uma componente turística, que do ponto de vista do Partido Socialista seria uma actividade que tinha de facto interesse relevante para o concelho de Moura. Mais referiu que, ao analisar o parecer da jurista, constataria que do ponto de vista jurídico estariam confirmados todos os critérios que a lei previa, deixando a mesma, a hipótese da Câmara considerar ou não o interesse quer económico, quer social da actividade em causa, pelo que, do ponto de vista do Partido Socialista, esta seria uma actividade de interesse económico e social para o concelho. Manifestava contudo entender a preocupação face à criação de precedentes, uma vez que a concessão de isenções dentro destes contextos poderia de alguma forma comprometer a Câmara com uma série de novos processos que retirariam receita à autarquia. O vereador António Gomes deixaria como sugestão a criação de um patamar destinado aos pequenos empresários, para a definição de critérios até ao qual a Câmara Municipal poderia isentar, voltando ainda a reiterar o que havia sido referido na situação anterior, o Partido Socialista entendia que estando o actual pedido em conformidade com a alínea h) do art.º 6º do Código do IMT esta autarquia devia conceder a referida isenção com a *nuance* atrás referida da definição de um patamar até ao qual a Câmara se encontrasse disponível para conferir estas isenções. Finalizou referindo que esta seria a posição do partido Socialista actualmente, quer em situações futuras. -----

-----No seguimento da intervenção do vereador António Gomes o Presidente deixaria uma sugestão e um desafio: se o Governo que resultasse das próximas eleições devolvesse à Câmara Municipal os quatro milhões de euros de financiamento que tem vindo a cortar ao longo destes anos, que se



CÂMARA MUNICIPAL DE MOURA

reflectiriam directamente na capacidade de intervenção operacional deste município, a Câmara estaria completamente disponível para aceitar a sugestão do vereador e muito mais; se o Governo actual, referiu, explicasse o porquê da isenção de quinhentos mil euros num negócio do IMT que seriam receita do município até hoje não justificados à Câmara Municipal, a autarquia faria isso e muito mais; se o Governo acabasse com o saque que é o FAM – Fundo de Apoio Municipal, que no ano corrente implicaria um corte de cento e sete mil euros no orçamento municipal, a Câmara estaria disponível para isso e para muito mais. O Presidente alertou no entanto para uma situação que não seria de todo possível do ponto de vista financeiro, interrogando como é que o Partido Socialista pensava governar uma Câmara Municipal, uma vez que pretendiam cortar na derrama, cortar na taxa variável do IRS, cortar no IMT, o que do seu ponto de vista seria um princípio impossível de pôr em prática, diminuir a receita e aumentar a despesa. O Presidente frisou que se houvesse da parte dos governos futuros o compromisso da devolução ao município de Moura aquilo que lhe era devido, o município avançaria para as isenções, contudo referiu, que nesta matéria a Câmara Municipal de Moura estaria na linha da frente, porque ao falar-se do IMI, o município de Moura é dos que apresenta a taxa mínima. Neste contexto a Câmara não poderia aceitar a proposta do Partido Socialista. -----

-----O vereador António Gomes, no uso da palavra disse que o Presidente teria toda a legitimidade, face àquilo que entendia que têm sido os cortes que a Administração Central tem vindo a fazer à Administração Local, tal reflectir-se-ia nos apoios que deixaria de conceder aos empresários locais. Contudo, o vereador aludiu não lhes parecer muito curial que a relação entre a autarquia e os municípios estivesse de tal forma dependente e correlacionada com as problemáticas entre o poder central e o local que fossem determinantes neste tipo de decisões. Mais referiu que, quanto à forma de gestão da autarquia e o balanço de receitas e despesas e a anterior afirmação proferida pelo Presidente, o Partido Socialista já teria feito um conjunto de propostas com o objectivo de reduzir de forma directa a despesa da autarquia acabando por



CÂMARA MUNICIPAL DE MOURA

influenciar e dinamizar a economia local, que, em sua opinião, faria compensar essa perda de receita. Por outro lado, lembrou o vereador, que um orçamento de uma autarquia compunha-se de receita e despesa, pelo que quando se propunham medidas que cortassem na receita, o mesmo também se verificava na despesa, pelo que o Partido Socialista, face ao que o Presidente tinha afirmado anteriormente, se encarregaria de fazer a gestão de forma a manter as contas equilibradas, referindo que estaria previsto no programa da candidatura, pelo que garantia, que este partido não seria confrontado com esse tipo de desequilíbrios financeiros.-----

-----O Presidente expôs que, face àquilo que o Partido Socialista considerava contas equilibradas, conhecer-se-ia o que teria sido a passagem deste pelo governo nos últimos anos, bem como o estado em que haviam ficado as finanças do país, pelo que seria bom que não se reproduzisse esse modelo a nível local. Ainda no que se referia à dependência a nível da administração central / administração local, o Presidente referiu não ser uma relação de dependência, embora as finanças a transformassem. Asseverou que as Câmaras Municipais não recebiam dinheiros do Governo, usufruíam sim direito a uma participação do Estado, um direito adquirido. Para terminar o Presidente aludiu que a dinamização do poder local não se conseguia com uma taxa variável de IRS, que implicaria, para determinados estratos sociais um acréscimo de receitas de quinze ou vinte euros ao ano, lembrando que a Câmara Municipal teria visões e princípios diferentes do Partido Socialista em relação ao que seria a visão do município. Contudo, observou que apesar dos cortes, das derramas e das taxas variáveis de IRS, a Câmara reafirmava, tal como tinha vindo a fazer, levar o plano de trabalhos a bom termo o que considerava até à presente data estar concretizado.-----

-----DELIBERADO, COM QUATRO VOTOS A FAVOR E DOIS VOTOS CONTRA DOS VEREADORES DO PARTIDO SOCIALISTA, APROVAR A EMISSÃO DE PARECER DESFAVORÁVEL SOBRE O PEDIDO DA SOCIEDADE “PINTA BARRIS - AGROTURISMO”, DE ISENÇÃO DE IMT. -----



CÂMARA MUNICIPAL DE MOURA

SISTEMA TARIFÁRIO DA ÁGUA

DOC.14/12

Foi presente proposta subscrita pela vereadora Maria do Céu Rato, relativamente ao tarifário de água – Águas Residuais e Resíduos Urbanos a aplicar no ano 2015.

DELIBERADO, POR UNANIMIDADE, APROVAR A PROPOSTA RELATIVA AO TARIFÁRIO DE ÁGUA – ÁGUAS RESIDUAIS E RESÍDUOS URBANOS A APLICAR NO ANO 2015.

ATRIBUIÇÃO DE APOIO FINANCEIRO À FÁBRICA DA IGREJA PAROQUIAL DA FREGUESIA DA ESTRELA

DOC.15/12

Tendo em consideração a importância da conservação, restauro e valorização do património histórico, cultural e religioso do concelho e os escassos recursos financeiros de entidades com intervenção local, como é o caso da Fábrica da Igreja Paroquial da freguesia da Estrela, foi presente proposta de atribuição de um apoio financeiro no valor de trinta mil euros à mesma para fazer face às despesas realizadas no âmbito da empreitada de conservação e restauro da Igreja de N^a Sr^a da Estrela.

DELIBERADO, POR UNANIMIDADE, APROVAR A PROPOSTA DE ATRIBUIÇÃO DE UM APOIO FINANCEIRO NO VALOR DE TRINTA MIL EUROS À FÁBRICA DA IGREJA PAROQUIAL DA FREGUESIA DA ESTRELA PARA FAZER FACE ÀS DESPESAS REALIZADAS NO ÂMBITO DA EMPREITADA DE CONSERVAÇÃO E RESTAURO DA IGREJA DE N^a SR^a DA ESTRELA.

DIVISÃO DE APOIO AO DESENVOLVIMENTO, GESTÃO FINANCEIRA E RECURSOS HUMANOS

CONCURSO PÚBLICO PARA O FORNECIMENTO DE 160 MIL LITROS DE GASÓLEO RODOVIÁRIO A GRANEL EM FORNECIMENTOS CONTÍNUOS

DOC.16/12



CÂMARA MUNICIPAL DE MOURA

-----Foi presente parecer da Chefe de Divisão de Apoio ao Desenvolvimento, Gestão Financeira e Recursos Humanos, exarada na informação n.º 03 de 14/05/2015 da Secção de Contratação Pública e Aprovisionamento a submeter à apreciação do órgão executivo a abertura do procedimento de Concurso Público para o Fornecimento de cento e sessenta mil litros de gasóleo rodoviário a granel em fornecimentos contínuos; bem como as peças do procedimento: anúncio, programa de procedimento e caderno de encargos, a constituição dos elementos do júri e que todas as competências do órgão competente para a decisão de contratar, sejam delegadas no júri, à exceção da competência para a decisão de qualificação dos candidatos ou para a decisão de adjudicação.-----

-----DELIBERADO, POR UNANIMIDADE, APROVAR A ABERTURA DO CONCURSO PÚBLICO PARA O FORNECIMENTO DE CENTO E SESSENTA MIL LITROS DE GASÓLEO RODOVIÁRIO A GRANEL EM FORNECIMENTOS CONTÍNUOS, BEM COMO A APROVAÇÃO DAS PEÇAS DO PROCEDIMENTO: ANÚNCIO, PROGRAMA DE PROCEDIMENTO E CADERNO DE ENCARGOS; A CONSTITUIÇÃO DOS ELEMENTOS DO JÚRI E QUE TODAS AS COMPETÊNCIAS DO ÓRGÃO COMPETENTE PARA A DECISÃO DE CONTRATAR, SEJAM DELEGADAS NO JÚRI, À EXCEÇÃO DA COMPETÊNCIA PARA A DECISÃO DE QUALIFICAÇÃO DOS CANDIDATOS OU PARA A DECISÃO DE ADJUDICAÇÃO, NOS TERMOS E COM OS FUNDAMENTOS DA INFORMAÇÃO Nº 3/2015 DA SECÇÃO DE CONTRATAÇÃO PÚBLICA E APROVISIONAMENTO.-----

-----DIVISÃO DE PLANEAMENTO E ADMINISTRAÇÃO URBANÍSTICA-----

-----RATIFICAÇÃO DE DESPACHO REFERENTE À INTENÇÃO DE VENDA DE PRÉDIO URBANO - RUA DA ESPERANÇA Nº 1 EM MOURA - REQ: CASA PRONTA-----

-----DOC.17/12

-----Foi presente para ratificação despacho do Presidente de 30/04/2015 de não exercício do direito de preferência do prédio urbano localizado na Rua da



CÂMARA MUNICIPAL DE MOURA

Esperança, n.º 1 em Moura com o artigo matricial n.º 2512 da União de Freguesias de Moura e Santo Amador em Moura. -----

-----**DELIBERADO, POR UNANIMIDADE, APROVAR A PROPOSTA DO PRESIDENTE, NO SENTIDO DA CÂMARA NÃO EXERCER O DIREITO DE PREFERÊNCIA SOBRE O PRÉDIO URBANO LOCALIZADO NA RUA DA ESPERANÇA Nº1 COM O ARTIGO MATRICIAL N.º 2512 DA UNIÃO DE FREGUESIAS DE MOURA E SANTO AMADOR EM MOURA, PELO VALOR DE NOVENTA MIL EUROS.**-----

-----**APROVAÇÃO DE ORÇAMENTO DO PRÉDIO SITO NA RUA DE BARRANCOS Nº 4 EM SANTO ALEIXO DA RESTAURAÇÃO - REQ: MARIA HELENA LOURENÇO FIALHO**-----

-----**DOC.18 /12**-----

-----Na sequência da vistoria técnica ao prédio sito na Rua de Barrancos nº4 em Santo Aleixo da Restauração, foi presente para aprovação a proposta de orçamento apresentado pelo empreiteiro Mário João Garrido no âmbito da realização de obras do Projeto de Reabilitação de Habitação, nos termos e com os fundamentos da informação nº373 de 04/05/2015 da DPAU.-----

-----**DELIBERADO, POR UNANIMIDADE, APROVAR A PROPOSTA DE ORÇAMENTO APRESENTADO PELO EMPREITEIRO MÁRIO JOÃO GARRIDO NO ÂMBITO DA REALIZAÇÃO DE OBRAS DO PROJETO DE REABILITAÇÃO DE HABITAÇÃO, NOS TERMOS E COM OS FUNDAMENTOS DA INFORMAÇÃO Nº373 DE 04/05/2015 DA DPAU.**-----

-----**PERÍODO RESERVADO AO PÚBLICO**-----

-----Neste período não se registaram intervenções.-----

-----**VOTAÇÃO DA MINUTA DA ATA**-----

-----De acordo com o disposto no n.º 3, do art.º 57º, da Lei 75/2013, de 12 de Setembro, foi elaborada minuta, com os pontos constantes da Ordem de Trabalhos



CÂMARA MUNICIPAL DE MOURA

que, depois de lida, foi posta à votação, tendo sido aprovada por unanimidade e assinada pelo Presidente e Secretário. -----

-----ENCERRAMENTO DA REUNIÃO -----

-----Não havendo mais assuntos a tratar, foi pelo Presidente encerrada a reunião eram dezassete horas e vinte minutos. -----

-----Para constar e devidos efeitos se lavrou a presente ata, a qual vai ser presente à reunião seguinte, com vista à sua aprovação e assinatura pelo Presidente e pelo Secretário. -----

CÂMARA MUNICIPAL DE MOURA, 20 de maio de 2015

PRESIDENTE: _____

SECRETÁRIO: _____